

Líderes do Governo recusam proposta de Sarney de ressuscitar decreto-lei

Alan Marques

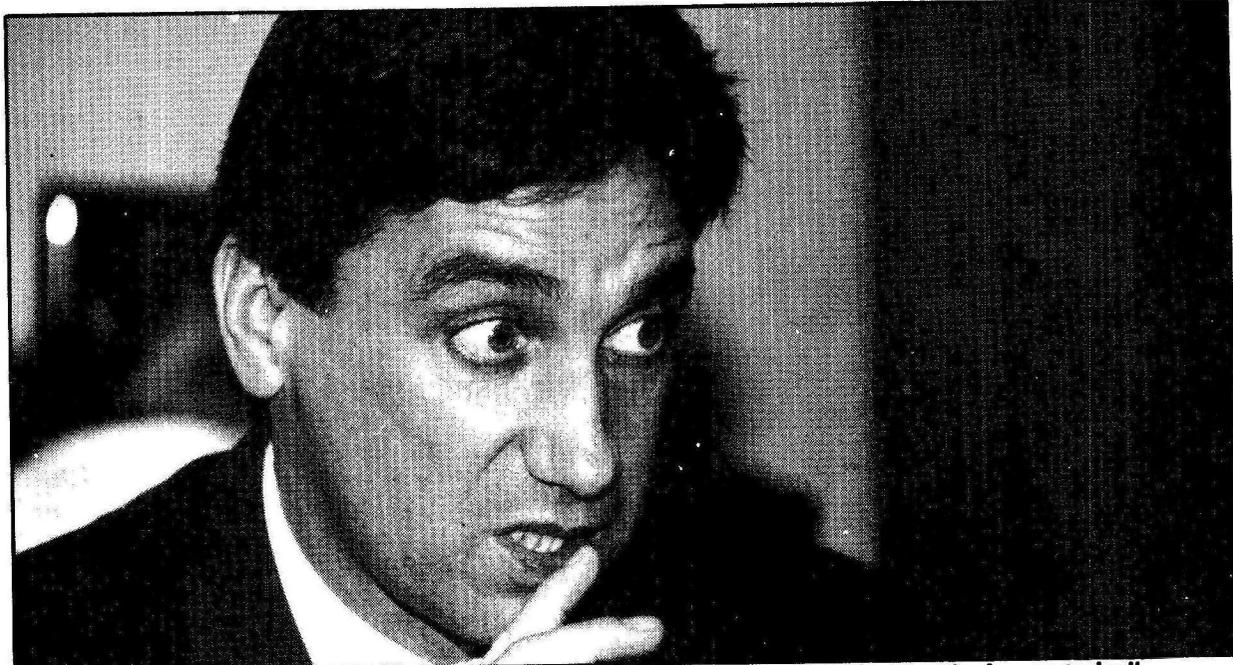
A proposta do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), de substituir as medidas provisórias por decretos-leis, provocou protestos entre os líderes governistas. O líder do Governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), disse ontem que a decisão sobre a utilização de MPs deve ser tomada de forma coletiva pelos parlamentares, e não individualmente. "Temos que discutir uma solução compatível para todos", defendeu.

Para o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), a idéia de ressuscitar os decretos-leis, extintos pela Constituição de 1988, também não lhe agrada. "Os decretos foram testados suficientemente no período antidemocrático e não funcionaram", disse. Machado informou que o PSDB apresentará, depois da Páscoa, uma proposta negociada com os demais partidos que limita o uso das MPs. "Vamos atacar os pontos de discórdias na utilização das medidas", antecipou.

Proposta — Pela proposta de emenda à Constituição que Sarney apresentará ao presidente Fernando Henrique Cardoso, os decretos-leis poderão ser usados para legislar sobre finanças públicas, meio ambiente, defesa civil, segurança pública, assuntos administrativos e econômicos. Será autorizada a apresentação de emendas ao decreto durante o processo de votação. O Presidente da República poderá reeditá-los se, no prazo de 60 dias, o processo de conversão já tiver começado, mas não tiver ocorrida a votação.

O senador Esperidião Amin (PPR-SC) defendeu a organização de um debate amplo no Congresso para se chegar a uma proposta sobre as MPs que atenda à maioria dos parlamentares. Fora dessa alternativa, disse que prefere a sua proposta de emenda constitucional, apoiada por 37 senadores, que aumenta para 60 dias o prazo de validade das MPs, mas impede a sua reedição. A emenda recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Constituição e Justiça, Josaphat Marinho (PFL-BA), mas deixou de ser votada na comissão, na última quarta-feira, por causa de um pedido de vistas do Governo.

Sarney, no entanto, está se preparando para discutir o assunto com o presidente Fernando Henrique. "Temos de pensar na governabilidade", disse o senador. "Não é possível que uma MP trate do porcentual do iodo no sal, como aconteceu recentemente, algo que pode ser feito por uma simples portaria". Para muitos políticos, Sarney tem se esforçado para reconquistar no Congresso seu antigo espaço de chefe do Poder Executivo.



Rigotto critica a proposta de Sarney e defende uma alternativa a MPs "compatível para todos"